

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 20/2022

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 06 DE OUTUBRO

- Presidente:** - *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues*
- Vereadores Presentes:** - *Carlos Duarte Travanca*
- *Vítor Manuel Correia*
- *Francisco José Clemente Sousa*
- *Orlando Ferreira Pires*
- Membros Ausentes:** - *Nélia Alexandra Pires Pinheiro*
- *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
- Ata da Reunião anterior** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo.**
- Secretariou:** - *Esmeralda Emília Rebelo Fidalgo Pinto*
Jurista
- Hora de Abertura:** - **15:00 horas**
- Local da Reunião:** - **Paços do Concelho - Salão Nobre da Câmara Municipal**

Período de Intervenção Aberto ao Público

Bairro Tua Sol - Projetores de Luz.

----- O Senhor Município *Manuel Brízido* disse: Boa tarde. Cumprimento todos, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, quer do PS, quer do PSD e ao resto das pessoas presentes.

Senhora Presidente, em relação ao Bairro Tua Sol, desde aquele dia em que estivemos aqui todos reunidos, o equipamento era para tirar, agora passou a não ser. Não se compreende como é que a senhora vira de ideias como do dia para a noite.

Senhora Presidente, a Câmara tem um medidor de ruído? Se sim, agradecia que mandasse fazer um exame de ruído, porque mesmo durante o dia o barulho é de tal forma que já começa a incomodar.

Senhora Presidente, não sabe ou soube que colocaram uns projetores de luz direcionados contra a minha casa? Isso é uma falta de respeito, é uma indignação. É uma provocação que me estão a fazer.

Peço desculpa pelo meu tom de voz, Senhora Jurista, porque estou muito indignado e tenho razão para estar.

As luzes são umas luzes led com 400 watts cada projetor de luz. Se não têm onde gastar o dinheiro, pensem onde é que o devem gastar sem que venham automaticamente ofender quem ali vive.

Senhora Presidente, a ideia de montar no parque uma câmara, não houve ou não quiseram. Pois deviam fazê-lo para identificar quem ali se encontra fora da hora de expediente, ou seja, fora da hora das 23 horas e para ver quem é que se mete com quem se mete. Isso não lhe interessa porquê? É uma perda de amigos, é uma perda de votos. É mais fácil perder dois votos que perder 30 ou 40. Compreendo, mas não quero compreender.

Senhora Presidente, quer que dois municípios estejam a morrer aos pedaços em vez de remover um equipamento que ali se encontra? A senhora já não se lembra o que eu fui e o que eu continuo a ser para si e para o seu executivo da altura, o que eu fiz pela Senhora Presidente. Esqueceu, ignorou. Devia pensar um bocadinho e estimar mais quem a estimou.

Senhora Presidente, vou colocar aqui uma pergunta muito concreta: vai ou não vai retirar aquela tirolesa?

Se alguém disse numa intervenção de sexta-feira que quem vivia a 30 metros não a incomodavam, não me admira nada. Se eu vivo a 2,5 metros ou a 5 metros sou eu que tenho de ser incomodado. Certo, Senhora Presidente?

Senhora Presidente, quero que me diga, se faz o favor, quando é o Conselho Municipal de Segurança, porque eu quero participar no mesmo e quero levar para lá esta situação para ser debatida.

Senhora Presidente, já lhe disse e volto aqui a dizer na presença dos presentes: Vou ponderar em trazer a televisão, doa a quem doer, custe a quem custar. Parece que quando falam da televisão toda a gente fica ofendida, mas compreende-se bem porquê. Porque a televisão tem um impacto, mas um impacto diferente.

Senhora Presidente, permita-me que lhe diga: Deus ocupa-se de escrever direito por linhas tortas. E só lhe vou dizer uma coisa, na presença dos presentes: Que Deus lhe dê o dobro daquilo que nós estamos a sofrer.

“Deus escreve direito por linhas tortas”, sempre ouvi dizer.

Com isto termino.

Sei que os Senhores Vereadores do PSD estiveram nesta Assembleia reunidos, não está aqui a D. *Carla*, mas também estava presente, e bem ouviu o que ficou escrito em Ata. Agora, é assim Senhora Presidente: Eu não tenho dinheiro para andar a esbanjar em Tribunal, porque a senhora, digo-lhe uma coisa, está-me a fazer tirar do sério, está-me a tirar do sério, porque isto já é limite, já chega. Basta! Nós estamos a sofrer. Eu comprei um espaço para fazer uma casa que tenha o direito ao meu respeito e à minha indignação. A mulher ainda esta noite não conseguiu dormir. Toma medicação e a medicação já não está a fazer nada. A senhora quer que eu perca a mulher em pouco tempo? Que morra aos pedaços? É?

Senhora Presidente, meta um bocadinho a mão na consciência e pense duas vezes.

Muito obrigado a todos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Caros Vereadores, Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, Dr.ª *Esmeralda Pinto*, público presente, boa tarde a todos.

Agradecer a participação do munícipe *Manuel Brízido* que teve a sua intervenção a falar sobre o parque infantil do Bairro Tua Sol.

Esta situação já foi várias vezes reportada aqui em Reunião de Câmara e também em sede de Assembleia Municipal e para além do ruído fora das horas de período de funcionamento, existe também um equipamento que o munícipe classifica como muito ruidoso.

De facto, a Câmara não tem um medidor de ruído. Aquilo que acontece é que solicitamos à Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana para fazer a avaliação do ruído e que, portanto, tem que se solicitar esses serviços à Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.

Relativamente ao equipamento para retirar, efetivamente decidimos uma situação, em primeiro lugar, como medida mitigadora, que foi instalar um período de funcionamento, que foi consensual o período de funcionamento, aliás, existe também legislação sobre isso, e depois, obviamente, porque aquele parque infantil surgiu também de uma petição do bairro para ser construído.

Pedimos, como é normal em democracia, a participação dos representantes informais, e repito, informais, dos moradores, solicitando também opinião sobre o equipamento.

Em reuniões que tivemos com a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais e a PSP, ficou decidido criar outras medidas mitigadoras, evitando retirar o equipamento que nós concordamos em avaliar, no sentido de proteger, por um lado, a habitação e, por outro lado, criar soluções de continuação do parque infantil para servir todas as crianças, que são muitas, do bairro.

Relativamente aos projetores de luz, foi também um pedido que foi feito para colocarmos os projetores de luz. Foram instaladas luzes led e os serviços de ambiente irão eventualmente avaliar a projeção da luz. Foram ligadas mais tarde porque tinha que ter um relógio para encerrar às 23 horas e, por isso, foi essa a nossa prioridade, foi que as luzes ficassem desligadas à hora de encerramento do parque.

O Conselho Municipal de Segurança vai ser no próximo dia 07 de novembro, peço ao Setor de Apoio aos Órgãos Municipais para solicitar a intervenção. Temos dois conselhos municipais, um restrito que é só a Câmara e as autoridades de segurança - PSP e GNR - e temos outro Conselho Municipal de Segurança com outras entidades que estão presentes neste conselho. Por isso, peço ao Setor de Apoio aos Órgãos Municipais para fazer chegar esta informação de que há uma inscrição de um munícipe para falar sobre este assunto.

Quanto a todas as questões relacionadas com situações pessoais, não vou fazer comentários. Naturalmente que é bom que haja um bom ambiente em todos os bairros, em todas as situações. Foi um investimento grande para a Câmara Municipal. Longe de nós perceber ou tentar entender por que é que este parque infantil que foi desejado por todos está a causar de facto um mal-estar entre o bairro, entre os moradores.

Portanto, tudo vamos fazer para evitar que esse mal-estar continue e que as coisas possam ter resolução o mais rapidamente possível, sem que haja perturbação durante o dia e durante a noite. Nós sabemos que qualquer equipamento público causa impacto. Durante o dia julgo que será um ruído normal e precisamente por causa disso e porque não podemos encerrar o parque para o exterior, foi proposto na reunião que tivemos medidas mitigadoras que estão a ser avaliadas, sob o ponto de vista orçamental para a colocação de umas barreiras protetoras de som, evitando que o som se propague para as casas vizinhas.

Foi essa a situação que julgamos poder resolver, segundo dizem os especialistas e os técnicos desta área, que pode resolver efetivamente o ruído, quer durante o dia, quer durante as horas que o parque infantil está aberto.

Por isso, a solução de retirar o equipamento foi adiada, no sentido de que esta solução, que não tinha sido projetada no início, pudesse efetivamente ser implementada, salvaguardando o bem-estar do bairro e o funcionamento normal do parque infantil do Bairro Tua Sol.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Boa tarde a todos. Cumprimento a Senhora Presidente, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, o Setor de Apoio aos Órgãos Municipais e o público presente.

Queria dizer que já me desagrada imenso, mexe comigo e eu sou uma pessoa, tenho sentimentos e corta-me o coração ver estas pessoas a sofrer. Acho que ninguém merece isto, acho que, sinceramente, isto já chega quase ao limite da perseguição pessoal. Foi aqui aprovado e foi aqui dada a garantia de que este equipamento seria retirado. Acho que construir mamarrachos, barreiras de som, virar os holofotes para cima de casa das pessoas, acho que não se faz. O que aconteceu na

Assembleia Municipal, de facto, há uma manifestação de moradores, que se organizam e vão lá todos em peso demonstrar o apoio à causa. No entanto, tanto quanto eu percebo, quem vive ao lado não são eles. Portanto, eu se vivesse ao lado daquela estrutura ou qualquer um de nós, provavelmente, faríamos o mesmo para retirar de lá isso.

Eu peço encarecidamente que saibamos todos pensar que eventualmente pode ter sido cometido ali um erro e que eventualmente há pessoas a sofrer. Acho que ninguém tem o gosto de andar aqui nas Reuniões de Assembleia nem nas Reuniões de Câmara sempre a bater nessa tecla. É incomodativo para as pessoas, é incomodativo para nós, é incomodativo para toda a gente.

Acho que aquelas pessoas, os que moram a 30 metros daquele equipamento, passam bem sem a tirolesa e quem tem que decidir é a Câmara Municipal. A Câmara chega, tira a tirolesa e ponto. A partir do momento em que há um equipamento que faz mal a duas pessoas, que lhes está a tirar o equilíbrio, que lhes está a tirar a paz, que lhes está a tirar o sossego, tire-se a tirolesa dali. Acho que não custa muito pensar isso. Qualquer pessoa que tenha bom senso fará isso.

Acho que quem dirige um Município a primeira preocupação que deve ter é as pessoas. Não é porque há uma pessoa que critica e está a sofrer com aquele equipamento ali ao lado que se vai convocar outras pessoas e dizer: “Não, elas não querem que a tirolesa saia de lá”. Não. Se há uma pessoa que sai prejudicada com aquilo, se há duas pessoas que estão a ser altamente prejudicadas com aquilo, acho que as pessoas não têm gosto nenhum em andar aqui a correr para as Reuniões de Câmara nem para as Reuniões de Assembleia. Pense.

Acho que nós aqui devíamos ser todos humildes e ter essa humildade de escutar o povo. Não é ouvir, é escutar. Escutar e fazer realmente com que as pessoas não sofram.

Vejo a voz embargada com que o senhor fala aqui, o Senhor *Brízido*, vejo o sofrimento da esposa do Senhor *Brízido* e não me agrada isso, porque são seres humanos e como seres humanos merecem também o nosso respeito e a melhor forma que os políticos têm de respeitar as pessoas não é na altura das eleições só e lhes dar beijinhos e abraços e pedir-lhes o voto. É quando as pessoas têm problemas estar ao lado deles. Se há uma pessoa a sofrer para mim já é muito, Senhora Presidente. Acho que é demais e acho que devíamos todos ter essa humildade de escutar as pessoas e resolver o problema, não é a colocação de barreiras acústicas ou de mamarrachos ali que faz sentido. O que tem que ser feito é o compromisso, é cumprir o compromisso que se assumiu aqui em Reunião de Câmara, que era retirar a tirolesa.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Posso explicar esta situação. Julgo que já expliquei suficientemente bem, mas volto a esclarecer.

Obviamente que a nossa prioridade são as pessoas e por isso é que o parque infantil foi construído. Era um projeto que todos os moradores, incluindo o próprio município Senhor *Manuel Brízido* queria um parque infantil. Acontece que, tendo como prioridade as pessoas e o bem-estar das pessoas, nada nos garante que o ruído desça substancialmente pela retirada do equipamento, vai continuar a existir e, por outro lado, as soluções técnicas que nos foram apresentadas relativamente à projeção do som foram essas barreiras.

Efetivamente o bom senso impera e por isso é que, existindo esta humildade de escutar todos, porque todos têm a sua voz, obviamente que esta situação está a ser acompanhada e está a ser decidida com base nos pareceres técnicos que temos, não só dos técnicos da Câmara Municipal, mas também das autoridades de segurança...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Pode-nos facultar esses pareceres técnicos, por favor?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente à melhor forma para respeitar as pessoas, nós respeitamos as pessoas todas. Todas as pessoas são respeitadas e, por isso, não se trata nunca de perseguição pessoal, longe desse tipo de situação. Este assunto vai ser resolvido de forma a que todos tenhamos a tranquilidade que é necessária no Bairro Tua Sol como nos outros bairros e equipamentos públicos como são nomeadamente os parques infantis. Existem vários parques infantis na cidade e até nas Freguesias e, portanto, efetivamente este parque infantil, fruto, se calhar, da sua localização, foi projetado assim. Obviamente que temos de construir soluções. Barreiras de som existem em muitas das situações que nós vemos hoje em dia, por isso, tentamos humildemente voltar atrás com uma decisão para tentarmos não só proteger o ruído do som daquele equipamento, mas de todos os equipamentos de modo a possibilitar a descida do ruído.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Veremos, Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Por isso, Senhor Vereador, o nosso compromisso é com as pessoas, com todas as pessoas e, por isso, estamos a tentar resolver o problema.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Antes da Ordem do Dia

Abertura da Reunião de Câmara.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Nesta Reunião de Câmara trago três informações e depois também falar em duas iniciativas, uma delas uma iniciativa e outra que está relacionada com uma empreitada.

Informar que, em cumprimento ao Regime da Lei Geral de Proteção de Dados, da Ata ora sujeita a aprovação será expurgada a informação relativamente ao salário mensal do Diretor Pedagógico e Artístico da ESPROARTE, porquanto tal informação integra dados pessoais, salvaguardando-se assim os direitos, liberdades e garantias da pessoa em causa.

Disposição do mobiliário da sala de Reunião de Câmara.

O Senhor Vereador *Duarte Travanca* remeteu um *e-mail* solicitando a “alteração de disposição da sala das reuniões de câmara” alegando que “*não vão aceitar participar numa reunião de câmara tendo nas nossas costas alguém que pode ameaçar a nossa integridade física*”. Estou a citar.

Em resposta ao solicitado, informamos que a atual configuração da sala onde é realizada a reunião quinzenal da Câmara favorece a dinâmica das reuniões, designadamente a participação de todo o executivo.

Informamos ainda que não vislumbramos impedimento de que a configuração possa assumir outro formato que melhor acautele o escopo de tais reuniões, caso seja entendimento deste executivo.

Foi ainda solicitado ao Senhor Vereador que relativamente à suposta “*ameaça a que eventualmente possam estar expostos, nomeadamente com a presença de um quadro dirigente funcionário do município que, nas reuniões de câmara é presença assídua, em horário de trabalho, e que, tem tido um comportamento estranho nas reuniões de câmara, provocando e perseguindo os vereadores da oposição, dando depois seguimento à sua revolta nas reuniões de Assembleia*” considerando que se trata de uma alegação que versa sobre factos e suspeições de extrema gravidade, informasse, em concreto, as circunstâncias espaço-temporais a que os factos se reportam e bem assim identificasse o “*quadro dirigente funcionário do município*”.

Em resposta ao pedido, veio o Senhor Vereador *Duarte Travanca* responder que o alegado se refere ao trabalhador *Agostinho Beça*.

Quanto ao assunto dizer que o trabalhador:

- Completou, em março de 2022, 40 anos de trabalho em funções públicas. Por essa razão tem direito ao gozo de mais 4 dias de férias por ano (1 por cada 10 anos de serviço), portanto, um total de 29 dias;
- A Lei prevê que obrigatoriamente possa gozar 10 dias seguidos e os restantes de forma interpolada;
- Tudo isto pode facilmente ser provado através dos mapas de férias;
- No caso em concreto nos dias em que esteve presente nas Reuniões Câmara, efetivamente eram dias de férias, marcados no mapa de férias validado em devido tempo pela superior hierárquica que, à data, era a Coordenadora do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Importa, quanto a este assunto, esclarecer:

- Em concreto, quais os factos que consubstanciam provocação, ameaça à integridade física e perseguição? Pois o vertido traduz-se em meros conceitos jurídicos.
- Em concreto, a que Vereadores da Oposição se refere?

Dizer ainda que, decorreu no passado dia 29 a apresentação do Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, que inclui 18 ações e 11 medidas, como a criação de uma aplicação móvel com receitas tradicionais e o fornecimento de 100 mil embalagens recicláveis aos restaurantes, para que os clientes possam levar as sobras da refeição. Isto foi uma candidatura ao fundo ambiental.

Mirandela foi, no dia 2 de outubro, ponto de partida do Portugal Lés-a-Lés Off Road. Tal iniciativa premiou indubitavelmente o território mirandense a nível turístico, cultural e gastronómico.

Informar, ainda, que está em curso a obra de criação de vias pedonais, dando continuidade à ligação da Rua Eng.º Machado Vaz com a Rua de São Brás, do acesso ao Cemitério de Golfeiras e da Rua de Santa Catarina, de ligação ao Centro de Saúde. A empreitada contempla também a pavimentação da faixa de rodagem e a criação de lugares de estacionamento nas Ruas de São Brás e de Santa Catarina. Prevê-se o seu término no final do ano de 2022.

A execução destes trabalhos inclui a remodelação de infraestruturas elétricas, de iluminação pública e de telecomunicações, execução da rede de drenagem de águas residuais e drenagem de águas pluviais e da rede de abastecimento de água.

O executivo municipal pretende ainda promover o alargamento do Cemitério de Golfeiras, para o lado nascente, estando já a ser efetuado um estudo para a realização do projeto.

Estou naturalmente disponível para todas as questões que queiram colocar.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Muito boa tarde, uma vez mais.

Em relação aos assuntos que a Senhora Presidente traz aqui, em relação à disposição do mobiliário e da configuração da sala, obviamente que não parece cordial ter a Oposição de costas para o público. Acho que nós, aqui num órgão como este, num órgão municipal, na Câmara Municipal, o principal objetivo, eu venho aqui, com todo o respeito que tenho, mas não é passar mensagens para a Senhora Presidente, eu venho aqui falar olhos nos olhos com Senhora Presidente, mas também com o povo que legitimamente nos elegeram.

Nessa perspetiva, numa atitude de abertura democrática e inexistência de nevoeiros políticos que nos toldem a visão, acho que faria todo o sentido falar frente a frente, olhos nos olhos, também com as pessoas que nos elegeram.

Queria também dizer à Senhora Presidente que, sinceramente, neste momento, não me sinto seguro estar aqui a falar de costas para o público. Não me sinto seguro, porque nunca sei o que está de lá, nunca sei o que me espera do lado de lá. Eu vou pedir que a sala seja alterada e na próxima reunião, se a sala não for alterada, pedirei à Polícia para estar presente.

Em relação ao funcionário que cita e à indelicadeza que teve aqui de trazer aqui os *e-mails*, eu, de facto, assumo o que digo e, politicamente, tenho todo o direito a saber, e como sabem eu não tenho acesso aos dados da Câmara, à secção de pessoal e eu não sei se quem está aqui está de férias se não está e tenho todo o direito a saber.

Quando em reunião de Assembleia Municipal se diz que eu persigo a Senhora Presidente, que eu sou deselegante, que eu sou isto, que eu sou aquilo, tudo o que trago aqui são questões políticas e eu tenho o direito de saber, é um direito que assiste à Vereação, se os funcionários que estão aqui não estão em funções, se estão a gozar férias e tenho também o direito de ter

acesso ao horário de ponto, ao cartão, aos registos do cartão. E eu quero esses registos do cartão, porque eu tenho dúvidas e tendo dúvidas o que eu quero fazer é pedir à Inspeção Geral de Finanças que apure as dúvidas para passarmos a ter certezas.

Em democracia não é ilegítimo as pessoas pedirem à Senhora Presidente e aos órgãos do Município que esclareçam as dúvidas. São dúvidas que eu tenho e são dúvidas que vão ter de ser esclarecidas.

Em relação à não configuração da sala e atendendo a que, neste momento, eu por exemplo não me sinto seguro, não me sentindo seguro na próxima reunião eu garanto-lhe que nos apresentaremos na reunião com a Polícia, a não ser que nos digam de véspera, com antecedência, que a configuração da sala foi mudada, porque sinceramente não me sinto bem nesta situação, não me sinto confortável e eu venho aqui é para me sentir confortável, para dizer o que penso. Foi para isso que eu fui eleito democraticamente. Portanto, é isso que vamos ter que respeitar. Todos!

Queria também chamar à atenção, ainda neste período, de algo que me choca, é que tenha sido evocado a nível mundial o Dia do Professor e que a Presidente não tenha tido uma palavra para os professores. Acho que os professores vivem um momento difícil, vivem um momento em que, muitos deles, com problemas de saúde, são colocados a centenas de quilómetros de distância e que não tenha tido uma palavra para os professores e por essa via para toda a comunidade escolar.

Quanto ao funcionário em causa, só uma nota para acrescentar, quanto ao funcionário que falou, o meu interlocutor é a Senhora Presidente e é só para dizer que em relação a esse assunto nem mais uma palavra que eu vou pronunciar nesta reunião. É só isso que quero dizer.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente às questões que coloca, começo por dizer que não há aqui nenhum nevoeiro político, aliás, estamos frente a frente e olhos nos olhos.

Esta sala de reuniões, como sabem, surgiu na sequência da COVID, uma vez que tínhamos que ter alguns metros de separação...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Pois, mas a COVID já passou.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Infelizmente ainda não passou, mas, de qualquer forma, para tentar...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Pois.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não interrompi, Senhor Vereador. Agradeço que também respeite enquanto eu estou a falar.

Esta sala de reuniões tem esta configuração precisamente porque temos uma cortina que faz com que haja separação de uma e de outra sala.

Esta sala não serve só para Reuniões de Câmara, serve também para outras reuniões de trabalho e a configuração que, na altura, se considerou mais correta seria esta, mas, como vê, as mesas são transportáveis, são até bastante fáceis de manobrar e, por isso, facilmente se altera a disposição da sala.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Muito obrigado.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A questão não se tratará da disposição da sala, a questão trata-se do argumento para alterar a disposição da sala...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: É a segurança.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Parece-me que aquilo que eu questionei no início, que é: “Quais são os factos que consubstanciam a provocação, a ameaça à integridade física e a perseguição”, acabou por não responder e “Em concreto, a que Vereadores da Oposição se refere”, ou seja, se são todos que se sentem coagidos...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Senhora Presidente, se eu quiser responder, responderei noutros sítios. Isso já são coisas que transcendem a sua ação. Se eu quiser responder...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não. Na Reunião de Câmara...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: ... responderei noutros sítios.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Na Reunião de Câmara é onde se discutem...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Já lhe disse que não ia responder. Se eu quiser responder, responderei noutras instâncias. Ponto final.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Ficará...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Fica em Ata registado que o Vereador da Oposição *Duarte Travanca* disse que...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Ficará como o Senhor Vereador disser. Só estou a questionar que...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Se eu responder... Senhora Presidente, não vá por aí. Não adianta. Se eu quiser responder, responderei em sede própria. Não se preocupe com isso que eu sei muito bem o que devo fazer e o que não devo fazer.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Senhor Vereador...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Muito obrigado. Não adianta. Senhora Presidente, peço-lhe...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não sei se sou eu a falar agora...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Peço-lhe que não leve essas questões, que não esteja a tentar criar aqui questões sociais e a tentar fazer estes joguinhos em que a Senhora Presidente se move muito bem. Essas questões, se eu achar, face às justificações que eu pedi, que têm que ser dirimidas em sede própria, não é aqui que eu as vou dirimir.

Portanto, em relação a isso, já deu as justificações que eu queria e eu também já dei. Portanto, em relação a isso, estamos entendidos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Quanto à questão de não estar confortável, como disse, não tem qualquer problema. A questão que nos preocupa, julgo que a todos, é a situação de se sentir ameaçado, sob o ponto de vista da sua integridade física e até daquilo que referiu.

A indelicadeza de trazer os *e-mails*, Senhor Vereador, naturalmente que este é o órgão executivo, é a reunião de executivo e naturalmente que as questões que são tratadas e que são questionadas, como a Oposição também tem direitos, o executivo também tem direitos e, portanto, também terá que respeitar o nosso direito de trazer as questões a discussão.

Relativamente à questão do Dia Mundial dos Professores, naturalmente que o Senhor Vereador não conhece, mas nós tivemos aqui algumas reuniões até com o Ministério da Educação, no sentido de reverter uma decisão que foi, quanto a nós, diria, precipitada ou que foi além daquilo que era posto em causa pelos professores, que foi a colocação dos professores que estavam em mobilidade por doença. O Distrito de Bragança foi aquele que foi mais afetado. Sabemos que esta situação foi, ao longo dos anos, tornando-se mais constante e, portanto, levou a que houvesse falta de professores.

Fizemos tudo para que a situação fosse pensada, repensada, mas efetivamente não fomos bem-sucedidos, aliás, porque a portaria já tinha saído, a legislação já tinha saído. A verdade é que ao longo dos últimos anos, bastantes anos, havia muitos professores colocados por doença e o Ministério da Educação teve que tomar medidas. Quanto a nós, poderiam ter sido menos dramáticas, porque efetivamente temos professores com problemas de saúde.

Obviamente não está na tutela da Câmara Municipal de Mirandela, mas o nosso respeito pelos professores e por toda a comunidade educativa é naturalmente imenso e temos feito todos os dias, temos dedicado muitas das nossas atividades, até da própria Divisão de Ambiente e da própria Divisão de Obras Municipais em prol da reabilitação de todo o parque escolar e da qualidade de vida dos nossos estudantes. Por isso, dizer-se que nós não temos atenção à classe dos professores não é verdade. Bem pelo contrário. Estamos sempre muito preocupados e ao lado da classe e também de todos aqueles que trabalham diariamente pelo sucesso dos nossos alunos que é o futuro.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Quando falou da Educação e das competências que não passavam pela Câmara Municipal, a colocação dos professores, recordou-me um conceito que é a municipalização da Educação. Ainda bem, no meu entender, que as competências vertidas para esse conceito não foram ainda todas aplicadas. Ainda bem, porque salvaguarda a colocação dos professores que é feita a nível nacional. Se, nestes últimos anos, houve um desinvestimento notório, quer na justiça, quer na saúde e também na Educação, eu considero que quem desinveste na Educação é um País doente, então se transferirem a colocação dos professores para as competências das Câmaras, acabam com a Educação pública em Portugal.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente à municipalização da Educação, Senhor Vereador, eu não concordo, obviamente, que a colocação dos professores seja da competência das Câmaras Municipais, aliás, na transferência de competências o que passou foram basicamente as infraestruturas e os recursos humanos que não são professores.

Relativamente ao desinvestimento na Educação, o concelho de Mirandela tem investido bastante no nosso parque escolar e temos investido bastante também em tudo o que diz respeito ao conforto térmico, às redes informáticas, aos transportes, refeições escolares, temos trabalhado no sentido de melhorar e de capacitar as nossas infraestruturas para que os alunos possam ter o sucesso escolar que todos pretendemos.

A pergunta que lhe queria colocar, de forma muito direta, é se o Senhor Vereador se sente ameaçado e se corrobora com o que está escrito no *e-mail*?

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: O Senhor Vereador não tem que responder a isso.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: A intervenção não foi minha, Senhora Presidente. É do Senhor Vereador *Duarte Travanca*. Tem que perguntar a ele.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Mas a questão é: foi dito “Os Vereadores da Oposição”.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Senhora Presidente, a configuração da sala, o conforto não é igual para todos. Trocam, nós vamos para aí e sentem. Não é preciso explicar mais.

- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não é essa a questão que está em causa.
- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Não? Então?
- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Eu gostava de tentar perceber se se sente ameaçado.
- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Deixe-me então concluir, se faz o favor.
- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: O Senhor Vereador *Francisco* já demonstrou que tem inteligência suficiente para não ir nesse joguinho. Portanto, o Senhor Vereador *Francisco* já disse que não lhe vai responder e quem lhe responde...
- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Por acaso não disse.
- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: E quem lhe responde sou eu.
- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Por acaso não disse.
- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Quem lhe responde sou eu.
- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Eu respondo-lhe desta forma...
- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Faça o favor.
- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Muitas Reuniões de Câmara, eu não me apercebo, sinceramente nem me apercebo, quem entra nem quem sai. Por vezes sinto algumas cortinas abanarem e até já estive para lhe perguntar se existem fantasmas aqui na sala. Estive para lhe perguntar isso. Tive coragem agora, Senhora Presidente. Tive coragem agora. É isto que lhe posso dizer.
- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Mas sente-se ameaçado, Senhor Vereador? Sente-se ameaçado?
- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Senhora Presidente, fale-nos dos projetos que tem para Mirandela ou que não tem.
- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Eu acho que nós...
- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Fale-nos dos projetos que não tem para Mirandela e...
- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sente-se ameaçado, Senhor Vereador?
- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: ... e das promessas por cumprir.
- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sim ou não?
- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Foque-se nas suas obrigações.
- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Eu estou a falar com o Senhor Vereador...
- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Vamos falar das promessas não cumpridas.
- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Se ele não falasse eu também não lhe perguntaria, obviamente.
- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Vamos falar das promessas não cumpridas, Senhora Presidente.
- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Quem levantou esta questão não foi o executivo, foi o Senhor Vereador ou...
- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Fui eu...
- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: ... ou foram os Senhores Vereadores...
- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Fui eu que levantei a questão.
- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Como diz que foi uma questão do Senhor Vereador *Duarte Travanca*, é natural que eu pergunte se o Senhor Vereador *Francisco Sousa* se sente também ameaçado à sua integridade física.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Trocamos de lugar, vêm vocês para aqui, nós vamos para aí e o assunto está resolvido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Parque Eólico.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Queria manifestar aqui o desagrado pela falta de humildade democrática deste Executivo em escutar a voz de uma grande maioria dos cidadãos. Acho que a humildade democrática fica-nos bem a todos.

Sabemos que as máquinas e os camiões estão a subir serra acima, Serra dos Passos, Serra de Santa Comba e há ecos de que tudo se prepara para começarem as obras.

Atendendo ao que está em causa, atendendo às discussões que estão em curso na Assembleia Municipal, na Comissão Permanente, atendendo a um conjunto de vozes de especialistas que se levantam e nós próprios, que desde o início, recorro que se hoje se fala nas eólicas é porque nós, Vereadores da Oposição, nós, tivemos a coragem de denunciar o que se estava aqui a passar, nomeadamente em maio em que se recebeu aqueles 500 mil euros e se tentavam receber à socapa para corrigir as graves situações financeiras em que a Câmara se encontra. Tanto é à socapa que a Senhora Presidente nos mentiu dizendo que não tinham recebido e depois veio numa das últimas reuniões dizer: “Foi um lapso. Afinal tínhamos recebido”, quando confrontada com aquilo que o Eng.º das eólicas tinha dito na reunião que ocorreu em Lamas de Orelhão, onde o Senhor Vice-Presidente também esteve presente.

Chamo à atenção que esse assunto é um assunto em que, se calhar, se justificava também alguma humildade democrática, porque há um setor muito alargado de pessoas, de especialistas e da população que não quer aquele projeto a avançar. Eu sugeria que antes que a Câmara crie situações que posteriormente podem trazer mais encargos, que podem trazer mais responsabilidades para a Câmara, que pare para pensar.

Vemos que hoje em dia há festas que são organizadas e pagas pela empresa das eólicas. Nós vimos o Presidente de Junta de Freguesia de Passos dizer que já há compromissos para resolver o saneamento em determinadas ruas com as contrapartidas das eólicas e nós estamos a entrar por um caminho em que a Câmara pode muito bem vir a ter consequências que podem ser nefastas da teimosia que tem nesta ação.

Nós vimos que já há cidadãos que já afirmaram publicamente que estão dispostos a apresentar providências cautelares e nós, o que chamamos à atenção e o que pedimos é que isso fosse evitado a todo o custo, que se parasse, que se ouvisse e que se desse tempo para decidir em consciência.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente à falta de humildade democrática, Senhor Vereador, não considero que seja assim. O Senhor Vereador sabe, porque já teve ocasião de estudar todos os documentos disponibilizados, que isto foi um contrato que foi assinado em 2008,...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Foz Côa também foi, Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: ... que foi em 2016 considerado um projeto de interesse municipal e, como disse, atendendo àquilo que está em causa e à opinião de todas as entidades que foram consultadas para o processo, obviamente que à data poderia dizer-se que tinha que ter havido uma consulta pública, nós tivemos a coragem de pôr isto a público, como sabe e, portanto, dizer-se que foi uma teimosia e foi à socapa isso não é verdade.

Portanto, o Senhor Vereador terá que fazer uma reflexão sobre as afirmações que faz, como faz e porque faz, porque efetivamente não é verdade aquilo que está a dizer.

De qualquer forma, e porque temos humildade democrática, dizer-lhe que relativamente às providências cautelares, obviamente que todos os cidadãos têm todo o direito em colocar as providências cautelares sobre tudo aquilo que julgamos. A Câmara Municipal estava era impossibilitada de o fazer e, por isso, por questões de responsabilidade deste executivo, que não está em causa se somos a favor ou contra, está em causa que temos a responsabilidade de cumprir os compromissos que foram tomados e, já disse várias vezes, em Reunião de Câmara, como nós temos a mesma legitimidade em 2008, como temos agora em 2022.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Pedido de Desculpas.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Gostava de apresentar um pedido de desculpas, que na reunião anterior eu referi-me ao Deputado *Jorge Humberto* como “Pitacas”. Peço desculpa, realmente eu desconhecia, porque muita gente à minha volta se refere a ele, inclusivamente à minha frente, assim.

De facto, eu não tenho esse conhecimento com o senhor nem tenho essa intimidade, de facto, eu até pensei que fosse apelido. Não é. Peço desculpa.

Entretanto, o senhor não esteve presente na reunião, a Ata não foi ainda publicada, vai ser agora aprovada, o senhor já sabia, mas eu gostaria que ficasse registado um pedido de desculpas em relação ao Senhor Deputado, porque foi um lapso e não voltará a acontecer, seguramente, se eu tiver consciência disso, do que estou a dizer.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Dia Mundial da Música.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Atendendo a que nós estamos no interior e é necessário promover algumas atividades culturais e tivemos o motivo para o fazer no dia 01, que é o Dia Mundial da Música. Também associado a este pensamento, temos na nossa cidade uma Banda Filarmónica, uma orquestra sediada da Escola Profissional de Música de Mirandela. Gostaria de saber por que é que não foi promovida uma atividade que sinalizasse e que desse conta que, de facto, estamos a passar o Dia Mundial da Música.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Relativamente ao Dia Mundial da Música, efetivamente houve uma iniciativa, por acaso, uma iniciativa muito participada em Eixes. Como foi do conhecimento, a Cruz Vermelha fez um concerto solidário, a propósito do Dia Mundial da Música e, portanto, foi um concerto muito interessante, onde estive o coro da Cruz Vermelha e estivemos, julgo eu, bem representados.

Relativamente à banda e à questão da ESPROARTE...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Teve apoio público esse evento ou foi privado?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Foi público, foi na igreja...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Teve apoio público?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não teve qualquer apoio.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: É que as pessoas que organizaram responderam-lhe à sua publicação sobre isso. Apresentou-se lá a Senhora Presidente, foi?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Senhor Vereador...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Teve intervenção a Câmara?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Senhor Vereador...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Financiou, apoiou?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: É normal que as pessoas...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Ou foi lá tirar fotografias?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: É normal que as pessoas sendo um espaço...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Foi lá tirar fotografias para fazer uma publicação, não é?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Sendo um espaço público...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: É que a organizadora responde-lhe na sua publicação no Facebook, dizendo que é privado e, ao fim ao cabo, a festa e batizados só vão aos convidados. A Câmara não lhe deu um cêntimo, não apoiou. Ou apoiou? Diga-nos quanto é que a Câmara Municipal lhe deu.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Senhor Vereador...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Era só isso que eu queria esclarecer.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Senhor Vereador, fomos convidados e, portanto...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Apoiou-os?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Aquilo que lhe posso dizer é que ainda existem muitos cidadãos, e bem...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Que se substituem à Câmara.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: ... que fazem e que organizam, sob o ponto de vista da sua participação cívica, alguns eventos. Em todo o mundo é assim, Mirandela também é, porque temos efetivamente pessoas que contribuem de forma voluntária...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: E que são estimados pela Câmara e pelo Município e que são apoiados ao longo do ano.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: ... e são muitas as pessoas que, voluntariamente, dão o seu tempo em prol das comunidades. Nem tudo o que se faz e que organiza é pago e ainda bem que existe este espírito junto das comunidades de se fazer e de se proporcionar estes eventos na comunidade.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Pedido de Esclarecimento.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Perguntar o seguinte, Senhora Presidente, e eu gostava que me respondesse com objetividade, eu se a tratar por “Dr.ª Júlia” sente-se ofendida? Ou acha que tem pouca lisura esta expressão?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não me sinto absolutamente nada ofendida, é o meu nome, até pode tirar o “Dr.ª”, mas efetivamente eu tento sempre tratar na função que estamos aqui a representar, ou seja, Senhor Vereador, não há qualquer tipo de situação pessoal, bem pelo contrário, eu até sou muito informal, por isso, na minha opinião, não tenho qualquer problema em serem pelo nome, bem pelo contrário.

Efetivamente, em termos de reuniões, eu tento sempre, como devem aperceber-se, tratá-los pelo cargo que exercem. Não quer dizer que seja uma obrigação, é uma questão de respeito pelo papel que desempenha, pela função que desempenha aqui. Portanto, não me sinto de todo ofendida.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ordem do Dia

01 – Órgãos da Autarquia (OA).

01/01 – Justificação de Faltas.

----- A Jurista *Esmeralda Pinto* autorizada a intervir, disse: A Senhora Vereadora *Nélia Alexandra Pires Pinheiro* não pode estar presente por motivos pessoais e a Senhora Vereadora *Vera Cristina Quintela Pires Preto* não pode estar presente por se encontrar de férias.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas das Senhoras Vereadoras *Nélia Alexandra Pires Pinheiro* e *Vera Cristina Quintela Pires Preto*.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/02 – 3.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Mirandela.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *Francisco José Esteves*, deu entrada com um ofício com o seguinte teor:

“Solicito a V.ª Ex.ª, que se digne informar os Senhores Vereadores na próxima Reunião do Executivo, da 3.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, no dia **14 de outubro** (sexta-feira), com início às **09h 30m** no **Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela**.

Com os melhores cumprimentos.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/03 – Aprovação da Ata de 22 de setembro.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da Reunião do passado dia 22 de setembro de 2022.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – DOMU – Serviço de Licenciamento de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas em 29 de setembro, pelo Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 03/2022

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 18 de outubro de 2021 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 18 de outubro de 2021, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 15 e 28 de setembro 2022.

Autos de Embargo

Despacho de 15/09/2022 – José Alberto Nogueira – Construção de um muro, confinante com a Av. Olímpio Guedes de Andrade em Mirandela, em desacordo com as condições de licenciamento. O referido muro, possui 5 fiadas de blocos, faltando para a sua conclusão reboco e pintura.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 17/2022

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 18 de outubro de 2021 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 18 de outubro de 2021, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 15 e 28 de setembro 2022.

Autorizações de Utilização Deferidas

35/21 – Rui Joaquim Teixeira – Habitação, garagem e arrumos – Lugar do Penedinho – Torre D. Chama;
54/22 – Manuel João Esteves Teixeira – Habitação – Loteamento Carlos Humberto Rodrigues, Lote 38 – Mirandela;
55/22 – Jorge Dimas Trigo – Habitação – Rua da Escadavada, n.º 12 – Avidagos.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 19/2022

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 18 de outubro de 2021 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho da Presidente da Câmara Municipal de 18 de outubro de 2021, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 15 e 28 de setembro 2022.

Licenciamentos Deferidos

98/21 – Elisa Maria Vaz Videira – Construção de uma habitação – Rua das Eiras – S. Pedro de Vale do Conde;
32/22 – Manuel Domingues Carvalho, Cabeça de Casal da Herança de – Reconstrução/ampliação de um lagar com armazém – Rua do Canto do Povo – Pai Torto.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 – DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública.

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas e a Listagem dos Contratos de Aquisição de Serviços Celebrados ou Renovados durante o ano de 2022, atualizados em 29 de setembro, que se dão por reproduzidos.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Senhora Presidente, é só um pedido de esclarecimento. Relativamente a um ajuste direto de uma empresa, ZONA MEETING, ACTIVIDADES DESPORTIVAS E EDUCATIVAS, LDA., que se dedica ao apoio nas atividades à família, esse ajuste direto está feito, 19 mil euros, julgo eu, a quantia, destina-se ao apoio à família, que atividades essa empresa desenvolve junto das crianças?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Tem a ver com as atividades extracurriculares.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Com as AEC's? Deve ser música, deve ser desporto, drama...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Música, desporto, inglês.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Gostava de questionar o seguinte: porquê a contratação e este ajuste direto a uma empresa de Castelo Branco quando existe tanto desemprego na nossa cidade? Será que foi feito um estudo, um levantamento, se foi feito um concurso? Podia haver desempregados com habilitações suficientes ou próprias ou até licenciados interessados em ocupar esses lugares, até, por exemplo, uma sugestão que já deixo aqui que nós temos a Escola Profissional de Música de Mirandela com músicos a serem formados, naturalmente a nível superior ainda não estão, mas estão a nível médio. Já poderiam ser convidados para ganhar uns “trocós”. Não sei se é possível, se não é, articular com eles ou articular até mesmo com a Direção Pedagógica da ESPROARTE completar horários de professores. Não sei. É uma sugestão.

Quer saber se havia possibilidade e se foi feito esse trabalho de campo. Tentar perceber porquê contratar uma empresa externa exterior ao concelho e não dar trabalho a quem está cá.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Aos professores de cá.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Senhor Vereador, estas atividades extracurriculares são competência da Câmara Municipal e já há alguns anos que é contratada uma empresa que recruta professores de Mirandela. Não lhe sei dizer a percentagem de professores que são de Mirandela, mas a grande maioria que estavam no ano passado

eram daqui de Mirandela, até porque o horário é pouco apelativo, são poucas horas, da disciplina de inglês, música, desporto e também tem a participação cívica ou cidadania nos currículos e explorar e conhecer o território.

Estas atividades extracurriculares são contratadas por um procedimento, normalmente fazemos uma consulta preliminar a outras entidades, mas só esta é que esteve disponível ou tinha interesse em fazer este trabalho. Aquilo que sabemos é que contratam fundamentalmente professores de Mirandela, até porque só a deslocação implicaria, com o número de horas reduzido, muitos custos.

Relativamente à ESPROARTE, como sabe, cada professor tem um contrato de trabalho e os horários são feitos de acordo com as necessidades da ESPROARTE. As AEC's funcionam de forma autónoma e para vários níveis de ensino.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: Mas a gestão de recursos humanos dos professores das AEC's não pode ser feito pelo Departamento de Educação na Câmara Municipal?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Poder pode.

----- O Senhor Vereador *FRANCISCO CLEMENTE* disse: E porque não é?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Precisamente porque a contratação de uma empresa nos garante que nas faltas e impedimentos há substituição dos professores que faltam. Ou seja, nós estamos a contratar...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Só se for uma empresa é que isso está garantido? Essa não percebi. Só se for uma empresa é que isso está garantido, Senhora Presidente?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Senhor Vereador, foi decidido pelo setor da Educação que, sob o ponto de vista da articulação, da concretização e o sucesso das atividades extracurriculares, estava assegurado pela empresa e, por isso, foi assim que nós fizemos. Se fosse feito...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: A Câmara Municipal tem recursos de excelência na área da Educação.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Nós temos recursos de excelência...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Tem, tem recursos e são capazes de fazer isto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Os horários de trabalho destes professores são horários de trabalho complementares, ou seja, são poucas horas por dia, durante a tarde e isso é muito difícil criar horários que sejam compatíveis e há um preço por hora que é pago. Foi essa a decisão que foi tomada e foi por isso que contratamos a empresa e a empresa recruta fundamentalmente no concelho de Mirandela.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: É um assunto que seguiremos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: E fazem muito bem.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/03 – DAG – Subunidade Orgânica Gabinete de Apoio ao Município.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 27 de setembro, pelo Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* que a seguir se transcrevem:

“Informação n.º 2/GAM

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho 18 de outubro de 2021, foram autorizados os seguintes averbamentos de licença de táxi, até 27 de setembro de 2022.

Licença N.º	Titular	Residência/Local da Licença
19	José Augusto Nogueira	Cedães
4	Luís António Gomes	Mascarenhas
3	Luís António Gomes	Mascarenhas
4	Luís António Gomes	Mascarenhas
25	António Reis Belchior, Sociedade Unipessoal, Lda.	Mirandela
20	Táxis Auto Tuela, Lda.	Mirandela
33	António Maria Moreira Carona	Vale de Salgueiro”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“Informação n.º 3/GAM

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 18 de outubro de 2021, foram concedidos terrenos para sepultura, até ao dia 27 de setembro de 2022.

Nome	Residência	Cemitério
Maria Margarida Gomes Neto e Mónica Sofia Gomes Neto	Mirandela	Mirandela
Vítor Fernando Marcelo	Mirandela	Golfeiras
Guilhermina dos Anjos Trinchete	Mirandela	Golfeiras
António Garcia Rodrigues e outros	Mirandela	Golfeiras
Branca de Nazaré de Moura Dias Morais e outros	Mirandela	Golfeiras
Lurdes Manuela Gonçalves Pereira Rocha e outros	Mirandela	Golfeiras
Emília de Jesus Esteves da Silva Figueiredo e Ana Paula Esteves da Silva Isaul	Mirandela	Golfeiras
José Manuel Ricardo Azevedo Fins e Daniela Maria Ricardo Azevedo Fins	Braga	Golfeiras
Cassilda Machado Alves e outros	Mirandela	Golfeiras
Ilda Augusta Valente Basílio e outros	Mirandela	Golfeiras”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“Informação n.º 3/GAM

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 18 de outubro de 2021, foram concedidas as seguintes Licenças nos termos do Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro, até 27 de setembro de 2022.

Licenças de Festividades e de Ruído

Nome do Requerente	Localidade	Licença
Associação dos Estudantes Africanos de Bragança	Mirandela	Ruído
Associação de Estudantes Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo	Mirandela	Ruído
Comissão de Festas São Sebastião	Vale de Juncal	Ruído
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Múrias	Múrias	Ruído
Confraria N.ª St.ª do Amparo	Mirandela	Ruído
Comissão de Festas de Quintas	Quintas	Ruído
Junta de Freguesia de Frechas	Frechas	Ruído
Motoclube de Mirandela	Mirandela	Ruído
Fábrica da Igreja Paroquial de São Bento	Mirandela	Ruído
Igreja Paroquial São João Bosco	Mirandela	Ruído
Comissão de Frestas do Divino Senhor dos Passos	Torre de Dona Chama	Ruído
Comissão de Frestas do Divino Senhor dos Passos	Torre de Dona Chama	Ruído
Associação Cultural e Recreativa de Milhais	Milhais	Ruído
Freguesia de Passos	Passos	Ruído
Cláudia Patrícia da Costa Carvalho	Torre de Dona Chama	Ruído
Rui Alexandre Ramos Pires	Abambres	Ruído
OPIUM	Mirandela	Ruído
Comissão de Frestas do Divino Senhor dos Passos	Torre de Dona Chama	Ruído
União de Freguesias de Franco e Vila Boa	Franco	Ruído
Associação Prado Verde	União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde	Ruído
Luísa Emília Belchior Tomé Pilão	Mirandela	Ruído
Comissão de Festas de Vale de Telhas	Vale de Telhas	Ruído
Associação Cultural e Recreativa de Vale de Asnes	Vale de Asnes	Ruído
Associação Acr. Sto. António	Paradela	Ruído
Junta de Freguesia de Fradizela	Fradizela	Ruído

Comissão de Festas de Pereira	Pereira	Ruído
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia do Espírito Santo de Carvalhais	Carvalhais	Ruído
Comissão de Festas do Divino Senhor dos Passos	Torre de Dona Chama	Ruído
Junta de Freguesia de São Salvador	São Salvador	Ruído
Associação de Caça e Pesca	Vimieiro	Ruído
Comissão de Festas de S. Mamede	Guide	Ruído
Junta de Freguesia de Caravelas	Caravelas	Ruído
Comissão de Festas de Vale da Sancha	Vale da Sancha	Ruído
António Maria Gonçalves da Cunha	Torre de Dona Chama	Ruído
Junta de Freguesia de Aguieiras	Aguieiras	Ruído
Junta de Freguesia de Aguieiras	Pádua Freixo	Ruído
Junta de Freguesia de Cobro	Rego de Vide	Ruído
Jéssica Liliana Torralvo Ribeiro	Mirandela	Ruído
Comissão de Festas em Honra de Sta. Bárbara	Franco	Ruído
Geolobo	Vale de Lobo	Ruído
Delfim José Martins	Mascarenhas	Ruído
Fernando José Lopes Carrazedo	Cabanelas	Ruído
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Valbom dos Figos	Valbom dos Figos	Ruído
Susana Patrícia Cantarelo Esteves	Alvites	Ruído
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Contins	Contins	Ruído
Fábio Alexandre Caçador Dias	Vale de Salgueiro	Ruído
Conversa Pacata - Ass. Cultural e Recreativa de Suções	Suções	Ruído
Junta de Freguesia de São Pedro Velho	São Pedro Velho	Ruído
Barómetro da Aventura - Associação Cultural	Vila Verdinho	Ruído
António Maria Gonçalves da Cunha	Torre de Dona Chama	Ruído
Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas	Vale de Gouvinhas	Ruído
Comissão de Festas de Vale de Lagoa	Vale de Lagoa	Ruído
Associação Renascer Pousadas	Pousadas	Ruído
União de Freguesias de Avantos e Romeu	Romeu	Ruído
Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão	Lamas de Orelhão	Ruído
Comissão de Festas de São Miguel	Frechas	Ruído
Junta de Freguesia de Abreiro	Abreiro	Ruído
Ostentoriginalidade	Mirandela	Ruído
Associação Renascer Pousadas	Pousadas	Ruído”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/04 – OA – VII Alteração Permutativa ao Orçamento.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* autorizou por Despacho a mencionada VII Alteração Orçamental Permutativa – VIII Alteração Orçamental da Despesa, VIII Alteração Orçamental do PAM e VIII Alteração Orçamental do PPI, nos valores indicados no documento, que se dá por reproduzido.

----- Vem acompanhada de Enquadramento Legal e Considerandos, com o seguinte teor:

“I - Enquadramento Legal

As alterações orçamentais, encontram-se regulamentadas na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e no ponto 8.3.1 (não revogado) do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Os pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.3 do POCAL, estabelecem as regras para modificações orçamentais, cujo texto se cita:

“8.3.1.2 - *Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de revisões e de alterações.*”

“8.3.1.3 - O aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo quando se trata da aplicação de: a) Receitas legalmente consignadas; b) Empréstimos contratados; c) Nova tabela de vencimentos publicada após a aprovação do orçamento inicial.”

Sempre que sejam efetuadas alterações orçamentais ao orçamento em vigor (entenda-se permutativas ou modificativas), é obrigatório articular a NCP 26 do SNC-AP com o ponto 8.3.1 do POCAL.

II - Considerandos

A sétima Alteração Orçamental Permutativa tem por objetivo proceder a acerto de dotação no âmbito da despesa corrente e de capital, nomeadamente nas rubricas de despesa de aquisição de bens de serviços, transferências correntes, aquisição de bens de capital e transferências de capital e ainda em algumas rubricas dos anos seguintes.

Foram reforçadas a nível de despesas de correntes no PAM, rubricas da Ação Social, Comércio e Turismo, e Transferências entre Administrações.

No que concerne às despesas de Capital, foi reforçada a rubrica de Aquisição e Reparação de Maquinaria e Equipamento – Locação, a Aquisição de Imóveis em anos seguintes, que visa desenvolver projetos no âmbito da Estratégia Local de Habitação, a Sinalização e ainda a Construção e Beneficiação de Sistemas de Abastecimento de Água do Concelho. As rubricas dos Outros Trabalhos Especializados, da Vigilância, dos Encargos de Cobrança, Limpeza e Higiene e a Locação Edifícios também foram reforçadas, para fazer face a solicitações das diferentes divisões e necessidades identificadas pelos serviços face a rubricas insuficientemente dotadas, para dar início a procedimentos de contratação pública.

A fim de garantir a regra do equilíbrio orçamental e manter o valor global do orçamento de 2022 foram efetuados diminuições em rubricas do orçamento da despesa, PAM e PPI, mencionadas nos mapas orçamentais anexos.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03/OA – Proposta de Legalização oficiosa e isenção de taxas - processo de obras n.º 347/98.

----- Foi presente uma Proposta subscrita pelo Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* em 30/09/2022, com o seguinte teor:

“PROPOSTA

Assunto: Legalização oficiosa e isenção de taxas - processo de obras n.º 347/98.

Considerando os pareceres e informações em anexo que dão conta que no processo de licenciamento (Processo de Obras n.º 347/98) constam todos os elementos que foram necessários para licenciar o edifício primitivamente e considerando ainda que após a revisão do PDM em 2015, foram os proprietários das frações notificados para procederem à legalização oficiosa, nos termos do n.º 1 do artigo 102-A do RJUE, tendo o Município obtido uma resposta conjunta dando conta de que não lhes caberia proceder à pretendida legalização.

Feita a análise do presente processo por parte dos serviços do Município, dando conta do cumprimento dos requisitos legais, deve a Câmara Municipal deliberar pela legalização do edificado em causa nos termos do n.º 8 e 11 do 102.º-A do RJUE, reconhecendo que o edifício do processo de obras n.º 347/98, “*tendo em conta o quadro normativo atual (1.ª Revisão do RPDM do Município de Mirandela e atual suspensão parcial da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela)*, é passível de legalização, devendo, para o efeito, aproveitar-se o procedimento administrativo que se encontrou na génese do ato (nulo) de licenciamento de construção data de 21 de agosto de 1999”, considerando que com a entrada em vigor do novo Plano Diretor Municipal e suspensão parcial da 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela de 2022, a área onde se encontra implantado o edifício/construção em questão está totalmente incluída na parcela “C25” das exclusões à REN, deixando por conseguinte de se encontrar dentro da zona reservada da “Albufeira da Ponte - Açude de Mirandela”, incluindo-se em espaços em que há permissão de edificação e que nos termos da alínea *iii*) do n.º 2 do artigo 3.º das medidas preventivas da referida suspensão parcial, o mesmo cumpre o número máximo de pisos, sendo o edifício em causa agora, suscetível de ser licenciado.

Deve ainda ser considerado, conforme a comunicação dos proprietários que indicam não lhe poderem ser imputados quaisquer custos, à luz dos princípios administrativos em vigor, que a Câmara Municipal de Mirandela delibere a isenção das taxas urbanísticas que seriam devidas nos dias de hoje pela legalização em causa, já que na data do licenciamento daquele edificado, as respetivas taxas foram pagas na totalidade e ainda com o fundamento do relevante interesse público de tal deliberação, seja pela necessidade de cumprir a sentença judicial no processo n.º 3101/14.4BEPRT TAF Porto, seja pelo facto de que, os particulares visados, caso o Município opte pela cobrança das referidas taxas, poderão intentar ação judicial peticionando os danos resultantes pelo desfecho de todo este processo.

Deve consequentemente ser revogada a deliberação tomada pela Câmara Municipal de Mirandela, relativamente à apreciação da viabilidade da legalização do edifício com o processo de obras n.º 347/98, tomada em 22 de abril de 2022.

Face ao exposto, proponho que:

- 1 - A Câmara Municipal de Mirandela delibere nos termos do n.º 8 e 11 do 102.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, e nos termos do n.º 3 do artigo 162.º do Código do Procedimento Administrativo, o licenciamento do edifício com o processo de obras n.º 347/98 considerando-se válidas todas as autorizações anteriormente concedidas;
- 2 - A Câmara Municipal de Mirandela delibere nos termos do nos termos do artigo 7.º, 8.º e alínea *a*) do n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de Taxas do Município de Mirandela isenção das taxas urbanísticas devidas nos dias de hoje pela legalização em causa, fundamentado no manifesto interesse municipal.

3 - A Câmara Municipal de Mirandela, delibere nos termos do n.º 1 do artigo 165.º do Código de Procedimento, revogar a deliberação tomada na reunião ordinária de 22 de abril de 2022 “14/DOMU – Apreciação da Viabilidade da Legalização do Prédio Edificado no Lugar do Canal, em Mirandela, com o Processo de Obras n.º 347/98, objeto do Proc. N.º 3101/14.4 BEPRT do TAF do Porto”.”

----- Vem acompanhada de diversa documentação, que se dá por reproduzida.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Esta proposta vem na sequência da possibilidade de licenciamento e, portanto, estamos a propor que aprovemos a isenção das taxas para a legalização do prédio edificado no Lugar do Canal em Mirandela. Acho que todos conhecemos muito bem este processo. Tudo o que são os documentos anexos à presente proposta e que fazem parte dela, julgo que são muito explícitos para que a deliberação da apreciação desta viabilidade seja favorável.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Sobre este aspeto, gostávamos de relembrar, fazer um roteiro pelo que se passou neste processo, um roteiro recente, e recordar que muito provavelmente estará para ser decidido o caso da sanção pecuniária acessória aplicada à Senhora Presidente por não ter feito o que o Juiz lhe mandou fazer em junho, no primeiro semestre de 2021, estará para breve, eventualmente, a decisão, uma vez que nós também fomos notificados e fomos envolvidos no processo. Já que fomos envolvidos no processo como corresponsáveis pelas decisões, não gostaria de deixar passar em branco e de reforçar aquilo que nós ouvimos na Assembleia Municipal em que foi aprovada a alteração ao PDM.

Acima de tudo, o que nós queremos é o reforço da segurança jurídica e queremos que a Câmara Municipal tome boas decisões e a Assembleia Municipal tome boas decisões, para que depois não aconteça o que aconteceu com outros processos, que um, dois, três, quatro, cinco anos depois sejam evocadas questões jurídicas e que a questão volte à estaca zero.

O que eu pergunto é: na Assembleia Municipal em que foi aprovada a alteração ao PDM, alteração de última hora ao PDM, cujo único objetivo era fazer face a esta alteração para permitir resolver aquilo que deveria ter sido resolvido no primeiro semestre de 2021 e não foi, ouvimos um Senhor Arquiteto, muito conhecido da nossa praça, dizer que se tinha praticado ali uma ilegalidade e que era um crime contra o urbanismo o facto de a alteração ao PDM não ter sido colocada a discussão pública. Todos nós ouvimos isso, todos nós a seguir questionamos isso aqui na Reunião de Câmara e o que está hoje aqui em causa e o que eu queria ver esclarecido é se nós não estamos aqui a praticar alguma ilegalidade em cima de uma ilegalidade.

O que eu pergunto é: tendo nós questionado sobre essa ilegalidade que eventualmente possa existir, não ter sido colocada a discussão pública a alteração ao PDM, eu pergunto se hoje, de lá para cá o que é que foi feito. Já levantamos o assunto aqui em Reunião de Câmara, ninguém nos disse nada até hoje.

Queremos saber qual é a segurança jurídica que existe em relação a essa decisão da Assembleia Municipal e à decisão que até nós tomamos aqui em Reunião de Câmara com base num parecer que foi pedido à Comissão de Coordenação da Região Norte e cujos pressupostos de pedido de parecer nós desconhecemos. Nunca nos foram dados esses pressupostos.

O que eu pergunto é se há aqui uma pressa e se estamos a aprovar isto a todo o vapor para tentar enganar o Juiz do processo. Isso foi dado conhecimento ao Juiz do processo? Isso vai ser dado conhecimento ao Juiz do processo? De todo este processo. Como é que foi feito, como é que foi aprovado, como é que foi pedido o parecer à Comissão de Coordenação da Região Norte, como é que depois na Assembleia Municipal foi aprovado e se foi enviado ao Juiz do processo a Ata em que o município Arquiteto relembra essas questões. Se nós chamamos à atenção que nós não estamos aqui para praticar ilegalidades em cima de ilegalidades.

Se há essas ilegalidades, quando nós estamos conscientes, se não estivermos conscientes é uma coisa, se estamos conscientes que existe uma ilegalidade e estamos a praticar outra em cima dessa ilegalidade, então isso assume contornos já muito mais perigosos e nós, se há coisa que vamos querer ter neste e noutros processos, em todos, é segurança jurídica. Aliás, nós já temos chamado à atenção para outros casos de segurança jurídica em que não nos deram ouvidos e depois o processo aconteceu. Aconteceu também no caso, ainda recentemente, daqueles resíduos que estão ali da Mirapapel. Aconteceu isso, alertamos para as questões jurídicas, não foram ouvidas e depois o processo ficou travado, não se percebe porque.

Mas focando-nos aqui, o que nós queremos é decidir com base na segurança jurídica, porque estas pessoas não merecem ser envolvidas noutro processo qualquer em que as decisões são mal tomadas. Atendendo ao que aconteceu já, temos que dar passos seguros e eu quero saber o que é que foi feito em relação a esses alertas de ilegalidades que foram relatados nessa Assembleia Municipal no período destinado ao público no final da ordem de trabalhos. O que é que já foi feito e se realmente foi colocada a alteração do PDM em consulta pública. Em que termos é que foi e se isso realmente não constitui uma ilegalidade suscetível de colocar em causa todo o processo e estarmos nós hoje aqui a validar uma ilegalidade em cima de uma ilegalidade.

O que nós pedimos nesta fase é para que haja segurança jurídica, que esta proposta seja retirada da votação hoje, que seja retirada de votação, e é isso que nós pedimos, que seja retirada de votação, que se estude a segurança jurídica da proposta e eventualmente até que se valide junto do Juiz do processo ou das entidades competentes para avaliar esta situação para que todos nós possamos dar passos seguros.

Portanto, nós pedimos que a proposta seja retirada e que seja trazida a uma nova Reunião de Câmara quando realmente haja essa segurança jurídica, porque havendo alertas sobre essa ilegalidade, das eventuais ilegalidades, parece-me que é pouco avisado avançarmos neste processo, sabendo nós, estando conscientes, porque alguém nos alertou que poderia existir estas falhas jurídicas. Portanto, o que nós pedimos é que a proposta seja retirada e que seja reagendada assim que essas questões sejam ultrapassadas e nomeadamente que seja informado o Juiz do processo e que seja consultado quem entenderem por bem, a Procuradoria-Geral da República que ponham o processo à avaliação deles para nos garantirem se existe segurança jurídica ou não.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Este processo, se houve ilegalidade não foi em 2021, foi em 1998, porque o prédio foi construído, como sabe, não cumprido o PDM. Não houve uma alteração do PDM...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Suspensão.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: ... houve uma suspensão parcial do PDM. Tudo o que está aqui e que foi a acompanhar a proposta tem efetivamente pareceres jurídicos, com juristas da confiança, nomeadamente o Dr. *João Sequeira* que acompanha este processo já há muito tempo e onde constam todas as opiniões e os pareceres.

Foram envolvidos no processo porque são Vereadores do executivo, eu fui envolvida no processo que sou a atual Presidente...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não eramos à data...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Eu também não era.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: ... que lhe pediram para fazer as coisas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Eu também não era em 1998 nem quando...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: O Juiz fez uma proposta de condenação...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: ... o prédio foi construído.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: ... por uma decisão do primeiro semestre de 2021 que a senhora não fez.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: O reforço da segurança jurídica, obviamente que todos nos esforçamos diariamente para este reforço e obviamente que ninguém, ninguém neste executivo, Senhor Vereador, quer enganar as pessoas nem o Senhor Juiz do processo. Portanto, é muito grave, é muito grave um Vereador vir dizer que estamos aqui a enganar um Juiz dum processo. É muito grave. E pior que isso...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Eu faço perguntas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Toda a segurança jurídica...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Faço perguntas com toda a legitimidade.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Eu estou a tentar responder com toda a legitimidade e também obviamente que aceito o seu respeito por aquilo que eu estou a tentar explicar. Portanto, após esta suspensão parcial do PDM que foi, como sabe, aprovada pela CCDR, foi-nos garantido que não era preciso haver consulta pública.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Ninguém sabe em que termos é que foi pedida à CCDR-N.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Foi pedida...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Ninguém sabe, ninguém conhece.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Foi pedida de acordo com a instrução do processo de suspensão parcial que nós solicitamos com o parecer favorável nos termos em que foi solicitado e veio a Reunião de Câmara na altura.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Veio uma folha que foi distribuída meia hora antes da reunião começar. Essa folha foi-nos dada aqui meia hora antes. Os termos em que foi pedido à Comissão de Coordenação ninguém conhece.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Veio o processo todo. Aliás, os Senhores Vereadores da Oposição, em relação a este processo, têm o mesmo conhecimento que nós temos. Está tudo de uma forma muito transparente. Bem sabemos que estes processos são processos de muitos anos e processos muito complicados, sob o ponto de vista da Lei e sob o ponto de vista da regularização desta situação. Bem temos consciência disso. Agora, também temos a responsabilidade de resolver uma situação que está pendente há muitos anos...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Com segurança jurídica...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: ... e com a segurança jurídica...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: ... senão os problemas que nós vamos causar são muito superiores àqueles...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Se me deixar acabar, Senhor Vereador...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Se dermos passos seguros...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Esta proposta vem a Reunião de Câmara com todos os pareceres jurídicos. Vem o parecer jurídico do Dr. *João Sequeira* em que explica o que é que estamos a solicitar. Vem o processo do Eng.º *Rui Fernandes*. Portanto, mais do que isto que está escrito é o que está escrito pelos técnicos. É a segurança que nós temos, é a segurança que vocês têm.

Portanto, logicamente que nenhum de nós não é responsável para não cumprir aquilo que está na Lei. O mesmo se passa em relação à nossa serra. Temos que cumprir o que está na Lei.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Mas a suspensão foi colocada a discussão pública? É o que eu pergunto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: A suspensão, segundo nos foi informado pelo jurídico, não é obrigatória a discussão pública. Não é obrigatório.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não foi isso que o Senhor Arquiteto disse na reunião. As Leis do urbanismo são claras. Não havendo essa segurança jurídica, nós propomos a retirada da proposta.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Nós queremos efetivamente possibilitar que os proprietários venham licenciar, temos todos os pareceres jurídicos de forma a que isto possa ser licenciado e o Advogado da Câmara, o Dr. *Paulo Veiga e Moura*, tratará do processo jurídico...

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não fale em nomes, Senhora Presidente. Não fale dos Advogados da instituição.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: É público.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Poupe as pessoas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: É público. Não tem problema nenhum. É público, é Advogado, é ele que nos defende em Tribunal.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não vai ser retirada a proposta? Não sendo retirada...

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse: Não tem motivo, porque tem todos os pareceres jurídicos.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* disse: Não sendo retirada, nós votamos contra com Declaração de Voto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor dos membros do PS e dois votos contra dos membros do PSD, conforme proposto, aprovar:

- 1 - O licenciamento do edifício com o processo de obras n.º 347/98 considerando-se válidas todas as autorizações anteriormente concedidas;
- 2 - A isenção das taxas urbanísticas devidas nos dias de hoje pela legalização em causa, fundamentado no manifesto interesse municipal;
- 3 - A revogação da deliberação tomada na Reunião Ordinária de 22 de abril de 2022 “14/DOMU – Apreciação da Viabilidade da Legalização do Prédio Edificado no Lugar do Canal, em Mirandela, com o Processo de Obras n.º 347/98, objeto do Proc. N.º 3101/14.4 BEPRT do TAF do Porto”.

----- Os Senhores Vereadores do PSD apresentaram a seguinte Declaração de Voto de Vencido:

Declaração de Voto de Vencido

Foi pedido pelos Vereadores do PSD, na Câmara Municipal de Mirandela, o adiamento e reagendamento para votação em Reunião de Câmara posterior do Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: “Proposta de Legalização oficiosa e isenção de taxas - processo de obras n.º 347/98”, processo comumente designado por “Legalização do Prédio do Canal”.

A solicitação apresentada destina-se a esclarecer as eventuais ilegalidades apontadas na reunião de Assembleia Municipal, em que a referida alteração ao PDM foi votada, por um conhecido especialista da área do urbanismo que aponta ilegalidades à alteração/suspensão do PDM, por não ter sido colocada a discussão pública a referida suspensão do mesmo PDM, argumentando que foi cometida uma prática ilegal/crime contra o organismo naquela Assembleia.

Face a tal, e para evitar que sejam cometidas eventuais ilegalidades em cima de ilegalidades, propõe-se que se informe o Juiz do processo para aferir se tais procedimentos poderão ser suscetíveis de constituírem ilegalidades, que no futuro podem acarretar novos problemas jurídicos para as partes envolvidas e em especial para os proprietários e para o Município de Mirandela.

Nesse sentido, e não tendo sido esclarecidas as questões sobre eventuais ilegalidades levantadas já em Reunião de Câmara anterior pelos Vereadores da Oposição, votamos contra com voto de vencido.

DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL

04/DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Resumo Diário.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 29 de setembro de 2022 que apresenta os seguintes valores:

SALDO DE GERÊNCIA-----	1.962.188,57€
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	587.185,87€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	<u>1.375.002,70€</u>
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	1.962.188,57€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

05/DAG – Subunidade Orgânica Contabilidade e Tesouraria: Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 19/DAG de 29/09/2022 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido entre 16 de setembro a 28 de setembro de 2022, foram processadas e autorizadas Ordens de Pagamento no montante total de **2.011.988,94 €**:

Descrição	Valores em €
Ordens de Pagamento Orçamentais	2.010.794,05 €
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	1.194,89 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

06/DAG – Subunidade Orgânica Contratação Pública: Requisições Externas de Despesa.

----- Foi presente a informação n.º 18/DAG de 29/09/2022 que a seguir se transcreve:

Informa-se o Executivo Municipal que, no período compreendido de 19 a 28 de setembro de 2022, foram processadas e autorizadas Requisições Externas no montante total de **889.475,00 euros**:

Nome do Responsável	Valores em euros
Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira	405,90
Orlando Ferreira Pires	772.357,91
Vera Cristina Quintela Pires Preto	57.234,05
Vítor Manuel Correia	59.478,04

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pela Senhora Presidente e por mim Esmeralda Pinto, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 16 horas e 15 minutos.

A Presidente da Câmara Municipal;


Júlia Rodrigues

A Jurista;


Esmeralda Pinto